

Bancários rejeitam pejetização irrestrita e defendem contratação via CLT



A maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor bancário prefere contratações via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e concursos públicos, mostra pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). Dos 34 mil que responderam a pesquisa 91% preferem a CLT; outros 6,5% querem ser empreendedores e o restante quer ser trabalhador de bancos públicos.

Mas embora esse modelo de contratação tenha sido rejeitado pela maioria dos bancários ouvidos na pesquisa, esses profissionais correm o risco de terem suas carreiras prejudicadas caso o Supremo Tribunal Federal (STF) aprove a pejetização irrestrita.

A vice-presidenta da CUT Nacional e presidenta da Contraf, que representa 430 mil bancários, Juvandia Moreira, destaca que o resultado da pesquisa demonstra ainda que “os bancários sabem que está em risco a perda de direitos, fruto de muitos anos de luta da categoria”.

Ela lista uma série de perdas aos trabalhadores celetistas que podem ocorrer caso a pejetização irrestrita seja implementada no país.

“Sem carteira assinada pode-se perder direitos que vão desde a participação nos lucros e resultados, carreira, plano de saúde, licenças, a política de igualdade salarial, tudo, inclusive, os trabalhadores seriam responsáveis pelo ambiente de trabalho, pela própria saúde e se ficaram doentes vão ficar sem assistência à saúde, sem assistência médica”, reforça.

Outra forte preocupação de Juvandia é o futuro desses trabalhadores que podem ficar sem aposentadoria, sem ter uma velhice mais digna, já que em 2019 houve a reforma da Previdência que aumentou o tempo de contribuição e reduziu o valor. Já a pejetização irrestrita é a pá de cal na previdência social, diante da queda da arrecadação que poderá ocorrer, já que as empresas ficaram desobrigadas de contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“A Contraf tem alertado todas essas ameaças aos direitos que estão ocorrendo, e a pejetização irrestrita é aprofundar as reformas da Previdência e Trabalhista, ambas muito ruins para os trabalhadores. Nós temos uma Conferência Nacional em que discutimos formas de garantir os empregos, que é o mais importante. E a CUT vem tendo um papel fundamental atuando como “amicus curae” dentro do STF, explicando os riscos não só para os trabalhadores como para a economia do país que a pejetização irrestrita trará”, conclui Juvandia.

*Amicus Curae - é uma expressão em latim que significa "amigo da corte". No contexto jurídico, refere-se a um terceiro, que não é parte no processo, mas que intervém para fornecer informações ou esclarecimentos relevantes ao tribunal. Essa intervenção visa auxiliar o juiz na tomada de decisões, especialmente em casos complexos ou de grande impacto social.

As consequências do trabalho sem carteira assinada também serão nefastas para a arrecadação do FGTS, da Previdência, de impostos e outros tributos necessários para a economia do país.